



ATA Nº 2286/2022 - VICEREI (12.28.01.06)

Nº do Protocolo: 23083.035593/2022-71

Seropédica-RJ, 09 de junho de 2022.

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DO CORONAVÍRUS NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, REALIZADA EM 4 DE OUTUBRO DE 2021.

Às nove horas e quarenta minutos do dia quatro de outubro de dois mil e vinte um, no ambiente virtual "Conferência Web" da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, teve início a reunião do Comitê de Acompanhamento do Coronavírus, sob a Coordenação do Professor CÉSAR AUGUSTO DA ROS, com as presenças de ANA BEATRIZ GONÇALVES ROSA SILVA PAZ, ELIZABETH FONSECA PROCESSI, GLAUCIUS LEANDRO DE SOUZA ALVES LOPES, JONAS ALVES DA SILVA JUNIOR, KAMILA LEMOS COSTA BARROS, NÍDIA MAJEROWICZ para tratar dos seguintes itens de pauta: 1) Informes gerais; 2) Leitura de aprovação da ata de reunião realizada no dia dezessete de setembro de dois mil e vinte e um; 3) Emissão de novo comunicado, contendo sugestão de bandeira para posterior apreciação e aprovação do CONSU; 4) Apreciação de demandas dos setores encaminhadas ao Gabinete da Reitoria para a emissão de parecer com orientações do Comitê; 5) Apreciação de proposta de deliberação de passaporte vacinal para o retorno das atividades presenciais na UFRRJ; 6) Assuntos Gerais. Professor César Augusto da Ros iniciou a reunião informando que seria convocada uma outra reunião do Comitê para a próxima sexta-feira, dia oito de outubro, às catorze horas, tendo em vista que havia poucos presentes no chat e a necessidade de avaliação da bandeira com apresentação de indicadores técnicos, normalmente trazidos pelo Dr. Diego que não se encontrava presente na reunião. Outro assunto trazido no início da reunião foi a respeito da necessidade de discussão, por sugestão dos Conselhos Superiores, do 'passaporte das vacinas', mas que, conforme parecer jurídico da PF/UFRRJ, não há previsão legal para cobrança desse instrumento de prevenção. Professor César informou que houve o entendimento do Conselho Universitário que o direito à vida precede a outros direitos e que, mesmo com o parecer não favorável da PF, o tema deveria ser apreciado no Comitê e posteriormente ser encaminhada uma deliberação para o CONSU, e, neste sentido, no decorrer da reunião, seria apresentada a proposta de minuta para avaliação e discussão com o grupo. Dos informes gerais, professor César Da Ros comentou a respeito da discussão dos critérios para a distribuição dos EPI e, após reunião com o pessoal da CASST, das Pró-reitorias afetadas, informou que havia encaminhado um memorando-circular a todos os diretores dos Institutos, a fim de que cada diretor de unidade faça a consolidação de suas demandas por unidade. Como existe a possibilidade de a atual quantidade de itens não serem suficientes para atender a toda universidade, está sendo preparado um segundo procedimento licitatório para complementação dos itens, com a previsão de representantes dos câmpus para comporem a comissão, com o objetivo de que seja preparado o quantitativo de itens a serem adquiridos. Professor César lembrou que, em relação à questão da pandemia, a universidade está diante de duas situações: a primeira é a possibilidade de decisão judicial determinando o retorno das atividades presenciais; a segunda é a melhora dos indicadores epidemiológicos, influenciando a redefinição das bandeiras. Além disso, deve ser considerada a edição da INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEDGG/ME Nº 90, de 28 de setembro de 2021, a Resolução do Conselho Nacional de Educação e as diretrizes contidas na nova Resolução do Conselho Nacional de Educação. Professor César acrescentou que já foi providenciado o empenhamento dos itens e que foi definida a data de treze de outubro para os diretores e chefes de unidades encaminharem as respectivas demandas, para que, posteriormente, sejam feitas as distribuições dos itens. Professor César pontuou também que tem observado que há certa resistência para o uso de máscaras dos que circulam na universidade, portanto gostaria de conversar com os setores a respeito, porque as máscaras constituem-se item indispensável de proteção, apesar do avanço da vacinação, e disse que os protocolos criados devem ser efetivamente cumpridos. Professor César Da Ros aventou a possibilidade da criação de um curso

preparatório de protocolos, por intermédio da CODEP, para a viabilização do retorno às atividades presenciais na universidade. A servidora técnica-administrativa Ana Beatriz informou que as IN 19 e 21 já estão revogadas, que já haviam sido revogadas pela IN 109 e esta foi revogada pela IN 90. Ana acrescentou que a portaria que está em vigor hoje não é a Portaria N° 1717, mas, sim, a Portaria N° 4064, de outubro de 2020, e que seria necessária a atualização da Portaria, de acordo com a IN 90. Posteriormente, professor César Da Ros postou para apreciação e aprovação a ata da reunião do dia dezessete de setembro, havendo a manifestação favorável de todos pela aprovação. O próximo ponto de pauta seria a leitura de minuta do novo comunicado à comunidade, todavia, com a ausência do Dr. Diego, que é responsável pela elaboração dos índices epidemiológicos, e pela presença diminuta dos membros do Comitê na reunião, o professor César Da Ros sugeriu a marcação de nova reunião para o dia oito de outubro, às quatorze horas. Professora Nídia, após o professor César pontuar que os indicadores epidemiológicos de Seropédica vêm melhorando paulatinamente, informou que vem recebendo questionamentos pelo fato de a UFRRJ manter a indicação de bandeira vermelha em seus comunicados sendo que o município de Seropédica vem apresentando indicador de bandeira amarela há duas semanas e que, na oportunidade, respondeu que o Comitê se reuniria nesta semana para avaliar. Professor César Da Ros esclareceu que essa é uma preocupação do Comitê, que os comunicados não podem destoar e que devem estar coerentes com os indicadores e lembrou que no Plano de Retomada não está prevista uma apreciação de bandeira particularizada para cada câmpus, visto que a sugestão da bandeira tem sido feita para toda a universidade, considerando a variabilidade das situações epidemiológicas dos *campi*. Observou também que basicamente os municípios de Nova Iguaçu e Seropédica, que integram a Região Metropolitana I, é que vinham mantendo o índice de gravidade na bandeira vermelha e por isso as bandeiras internas se mantinham vermelhas. A diretora do câmpus Campos dos Goytacazes, Elizabeth Processi, interveio informando que o CCG não possui alunos e apresenta a particularidade de que os servidores têm praticamente uma sala para cada um. Informou, ainda, que a cidade de Campos dos Goytacazes está com o risco moderado há várias semanas e que alguns servidores insistem em retornar ao trabalho presencial, porque acreditam que vão se sentir melhores, mas que a gestão fica apreensiva por autorizar o retorno sem o consentimento do Comitê. Diante disso indagou até que ponto poderia autorizar o retorno gradual uma vez que, por necessidade do serviço, há alguns trabalhadores atuando no sistema de revezamento, mas o câmpus tem a possibilidade de retorno com os servidores trabalhando em ambientes isolados. Professor César pontuou dizendo que a universidade está com bandeira vermelha, mas com possibilidade de transitar para a amarela, mas que a direção do CCG poderia, assim como outros setores, encaminhar uma solicitação, com as justificativas, ao Comitê para apreciação, seguindo a mesma conduta que tem sido apresentada para liberação dos laboratórios. Professor Da Ros acrescentou que inevitavelmente ainda hoje devem ser discutidas pela Administração as orientações da Instrução Normativa N° 90, porque as Instruções Normativas anteriores que respaldaram a portaria do teletrabalho que estavam em vigor foram revogadas, portanto as documentações internas precisarão ser atualizadas e, complementarmente, deve-se agregar as orientações que constam na última Resolução do Conselho Nacional de Educação. Todavia é necessário promover o retorno gradual, seguro e progressivo, para não gerar problemas para a universidade, para que volte a funcionar com segurança. A seguir, Glaucius apresentou a demanda trazida pelo CEDERJ para utilização do câmpus de Nova Iguaçu para realização de concurso de seleção pública para educação superior a distância - CEDERJ/2022-1, a ser realizado no dia 12 de dezembro de 2021 (domingo), no período das 8 às 14 horas, porém, como não foram analisadas as condições para definição de bandeira, Gláucio suscitou a dúvida se deveria ou não ser avaliada a demanda do CEDERJ neste momento ou se, primeiramente, deveria ser avaliada a bandeira na próxima reunião. Kamila sugeriu que a apreciação da demanda do CEDERJ fosse feita na próxima reunião, juntamente com a avaliação da bandeira. Posteriormente, professor César Da Ros fez a apresentação da proposta de minuta, baseada em alguns dos preceitos legais vigentes, para a elaboração do futuro documento orientador, para acesso e permanência nos *campi* da UFRRJ, "passaporte de vacinas". Após a leitura da proposta de minuta, Kamila perguntou se a comprovação de vacinação, conforme exposta no texto, seria a partir de qual bandeira, a critério de quem ficaria a responsabilidade da fiscalização e se teria que disponibilizar algum servidor específico para fiscalizar os comprovantes de vacinação. Professor César Da Ros informou que o texto foi adaptado à realidade da universidade e acredita que à medida que já tenha atividade presencial, seria importante ter a cobrança em relação à vacina. Kamila ponderou que a realização da fiscalização nos setores é mais tranquila, porque, feita uma vez, não há necessidade de fiscalizar todos os dias; porém, em relação ao público externo e quanto aos discentes, como seria essa fiscalização? Então, concluiu, como são muitas as variáveis envolvidas no processo, o assunto deve ser mais bem discutido. Professor César concorda com o posicionamento da Kamila e diz

que a condição ideal passaria pela existência de uma legislação específica sobre o tema, de sorte que a Instituição não precisasse se ocupar da elaboração de uma regulamentação interna. Lembrou ainda, da questão dos termômetros, que já estão comprados cinquenta e dois aparelhos, mas a dúvida é quem irá aferir as temperaturas das pessoas e qual atitude a ser tomada, no caso de ser verificado que a pessoa está com a temperatura elevada. Professora Nídia pontuou que o maior desafio é como implantar o protocolo, que teria que ver o mecanismo, porque pode ser gerado um desgaste muito grande, e questiona como iria funcionar essa cobrança no caso dos discentes que, por exemplo, podem alegar que esqueceram o cartão de vacinação, se teria como exigir dos alunos, que, talvez, nesses casos, o mecanismo devesse ser um pouco diferente do mecanismo para cobrança de técnicos e professores, mas que as pessoas devem ser capacitadas. Professor César Da Ros registrou que é preciso preparar os colegas para o retorno, instruir as pessoas para os protocolos. O ponto principal é garantir a segurança para as atividades presenciais. Kamila pontuou que é importante a CODEP se envolver no processo e acrescentou que queria resgatar uma discussão iniciada no ano passado sobre acompanhamento psicológico e de assistentes sociais quanto ao retorno das pessoas ao trabalho, porque acredita que há muitas pessoas com medo de retornar, que deve haver muitas pessoas em sofrimento por ter que retornar ao trabalho presencial. Kamila sugere que nesse treinamento sejam participantes, também, os profissionais de assistência social e da área de psicologia da CASST, até mesmo para demonstrar consideração pelas pessoas que perderam entes queridos e vão ter que retornar ao trabalho. Professor Da Ros corroborou com a argumentação de Kamila e acrescentou que o retorno não pode ser sem critério e sem orientação, cada setor vai ter que ter compromisso coletivo de atender as orientações e a legislação e acrescentou que será necessário um trabalho de promoção e prevenção e acolhimento, para o qual será necessária a realização de uma reunião específica para definir estratégias nessa direção. A Professora Nídia informou que a PROGEP está pensando na questão do acolhimento dos servidores e que tem de ser trabalhada a questão do acolhimento também na graduação. Acrescentou ainda que deveria haver uma campanha de marketing para trabalhar a questão da prevenção e que as informações básicas têm de estar aparecendo a todo instante, a fim de criar um clima institucional que paute as questões da segurança e da prevenção. Professora Nídia considera que o conjunto da instituição é que deve estar mobilizado, que, na verdade, deve haver uma mobilização institucional, a partir dos setores, em que os técnicos-administrativos e os professores sejam multiplicadores e educadores, através da informação precisa, qualificada, com diálogo e com técnicas de marketing. Kamila pontuou que na reunião do dia oito pode-se discutir com o restante de Comitê para agendar a reunião com a CODEP e os profissionais da área da saúde mental. Professora Nídia argumentou que é importante ter uma proposta de campanha com materiais de diferentes tipos: online, cartazes, faixas, e que em cada setor tenha um comitê, responsável pela segurança da vida, devidamente capacitado para atuarem localmente, e que seriam os articuladores das ações junto aos setores. Professora Nídia sugeriu que fossem utilizadas ferramentas artísticas, não apenas vídeos bem-humorados sobre essas questões, mas, quando voltar para o presencial, haver apresentação de grupos que façam esquetes para interação com as pessoas, mas levando a informação. Professor César informou que recebeu uma sugestão para que fosse feito um painel homenageando os colegas da universidade, vítimas da Covid-19. Professora Nídia pontuou que há uma ideia na Pró-reitoria de Graduação que é desenvolver em todos os campi um bosque ou jardim referente à pandemia, com plantação de mudas de árvores, em que os setores pudessem homenagear as pessoas com essas mudas, contendo o nome da espécie e o nome das pessoas homenageadas pelo setor. Professora Nídia registrou que há duas turmas que nunca compareceram à universidade, e uma outra que compareceu por apenas uma semana, e que há colegas que foram contratados e que nunca foram aos locais de trabalho, desde o evento da pandemia; portanto deve-se pensar na semana do acolhimento, para organizar as questões dos bosques e dos jardins, para cada setor homenagear as perdas porventura ocorridas. Professor César Da Ros informou que para a próxima reunião irá trabalhar com os temas sugeridos nesta reunião e, nada mais havendo a tratar, encerrou a reunião às onze horas e onze minutos.

(Assinado digitalmente em 09/06/2022 14:20)
ANA BEATRIZ GONCALVES ROSA SILVA PAZ
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
PROGEP (12.28.01.09)
Matricula: 1838882

(Assinado digitalmente em 09/06/2022 16:25)
CESAR AUGUSTO DA ROS
VICE-REITOR - TITULAR
VICEREI (12.28.01.06)
Matricula: 2571720

(Assinado digitalmente em 10/06/2022 09:11)

ELIZABETH FONSECA PROCESSI

DIRETOR DE UNIDADE - TITULAR

DIRCCG (12.28.01.08)

Matrícula: 2407826

(Assinado digitalmente em 09/06/2022 22:04)

GLAUCIUS LEANDRO DE SOUZA ALVES LOPES

DIRETOR - TITULAR

DCNI (12.28.01.50)

Matrícula: 1615937

(Assinado digitalmente em 11/07/2022 16:01)

JONAS ALVES DA SILVA JUNIOR

PRO-REITOR(A) ADJUNTO(A) - SUBSTITUTO

PROAES (12.28.01.19)

Matrícula: 1742750

(Assinado digitalmente em 09/06/2022 10:49)

KAMILA LEMOS COSTA BARROS

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

CASST (12.28.01.00.31)

Matrícula: 1246633

(Assinado digitalmente em 09/06/2022 09:57)

NIDIA MAJEROWICZ

PRO-REITOR(A) - TITULAR

PROGRAD (12.28.01.20)

Matrícula: 386768

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **2286**, ano: **2022**, tipo: **ATA**, data de emissão: **09/06/2022** e o código de verificação: **1ca8a5c9b5**